

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º /2021.

Revoga o dispositivo da Lei Complementar n.º 75, de 29 de dezembro de 2017 “que dispõe acerca do Código Tributário do Município de Unaí”.

O PREFEITO DO MUNICIPAL DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso I do artigo 129 da Lei Complementar n.º 75, de 29 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.129.....

I - A transmissão de bens ou direitos, quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de integralização de capital social, independentemente do valor atribuído em contrato social.”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo 7º do artigo 129 da Lei Complementar n.º75, de 29 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Unaí, 14 de junho de 2021; 77º da Instalação do Município.

VEREADOR PETRONIO NEGRO ROCHA
Líder do AVANTE

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução possui como objetivo revogar o §7º do artigo 129 da Lei Complementar nº 75, de 29 de dezembro de 2017 que dispõe acerca do Código Tributário do Município de Unai, com o fim de adequar a norma municipal ao que dispõe a Constituição Federal, assegurando a não incidência do ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

O Município ao limitar a imunidade ao valor do capital subscrito (isto é, ao valor de face das ações ou quotas emitidas), cobrando o ITBI sobre a diferença entre este e o valor de mercado dos imóveis colacionados, viola a regra bem clara disposta na Lei Maior.

Ao analisar o Tema 796 de Repercussão Geral, O Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que “ A imunidade em relação ao ITBI, prevista no inciso I do §2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado”.

Ressalta-se que a SUPREMA CORTE fixou a tese no sentido de que a imunidade tributária do ITBI deve ter seu âmbito de abrangência restrito ao valor do bem imóvel necessário a integralização da cota do capital social, entretanto, o referido precedente não autorizou os Entes Municipais a avaliarem, de acordo com o valor de mercado, o bem imóvel integralizado ao capital social da pessoa jurídica pelo seu valor nominal, e assim, tributar o valor excedente pelo ITBI.

Assim sendo, a cobrança como prevê o §7º do artigo 129 do Código Tributário Municipal de Unai decorre de um elemento alheio à tributação municipal, pois o Município está se utilizando de um benefício concedido pela União e pretendendo dele extrair algum ganho para si, sem que nada em sua esfera jurídica tenha sido afetado. De fato, se a integralização ocorresse pelo valor de mercado, tudo o que se teria seria a incidência imediata do imposto de renda sobre o ganho de capital, sem o nascimento de qualquer dever de ITBI.

Se a União não pode passar por cima de lei estadual para tributar benefício concedido por Estado-membro, por que motivo poderia o município apegar imunidade constitucional para tributar isenção — na verdade, um simples diferimento, pois o ganho de capital será tributado na futura alienação das ações ou quotas integralizadas com imóveis — outorgada por lei federal?

A imunidade em debate visa fomentar o surgimento de novas empresas e o crescimento daquelas já existentes, sem falar que as imunidades, que só podem ser regulamentadas

por lei complementar (Constituição, artigo 146, inciso II), decerto repelem restrições trazidas por leis e atos normativos locais.

Por essas razões, extirpar do ordenamento municipal a cobrança de ITBI como está prevista no §7º do artigo 129 do Código Tributário é medida legal que se impõe e assim, espero contar com a compreensão dos ilustres colegas parlamentares no sentido de votarem a favor desta proposição.

Unaí, 14 de junho de 2021; 77º da Instalação do Município.

VEREADOR PETRONIO NEGO ROCHA
Líder do AVANTE